

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 827, de 2017 e
APENSADOS: PDC 828/2017; PDC 830/2017; PDC 831/2017; PDC
832/2017; PDC 833/2017; PDC 836/2017; PDC 837/2017; PDC
838/2017; e PDL 644/2019.**

Susta os efeitos do Decreto nº 9.188, de 1º de novembro de 2017, que estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais.

Autor: Deputado Alessandro Molon

Relator: Deputado Delegado Ragem

I – RELATÓRIO

O projeto propõe a edição de Decreto Legislativo para sustar os efeitos do Decreto nº 9.188, de 1º de novembro de 2017, que estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federal.

Segue o texto da proposição apresentada:

Art. 1º - Ficam sustados os efeitos do Decreto nº 9.188, de 1º de novembro de 2017, que estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado



para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais, nos termos do inciso V, do artigo 49, combinado com o caput do artigo 1º e o inciso II do artigo 3º da Constituição Federal.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

A proposição foi justificada com base no art. 22, XXVII, da Constituição Federal, que prevê a competência privativa da União para legislar sobre “normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III”.

Suscitando essas disposições constitucionais, e ainda o art. 84, o projeto conclui que o Decreto n. 9.188, de 1º de novembro de 2017, configura ato normativo do Poder Executivo que exorbita do poder regulamentar, propondo-se, pois, a sua sustação integral.

Foram apensadas ao PDC 827, de 2017, as seguintes proposições: PDC 828/2017, de autoria da deputada Alice Portugal; PDC 829/2017, de autoria do deputado Afonso Florence; PDC 830/2017, de autoria do deputado Helder Salomão; PDC 831/2017, de autoria do deputado Décio Lima; PDC 832/2017, de autoria do deputado José Guimarães; PDC 833/2017, de autoria da deputada Margarida Salomão; PDC 836/2017, de autoria do deputado João Daniel; PDC 837/2017, de autoria do deputado Zé Geraldo; PDC 838/2017, de autoria do deputado Marco Maia; PDL 644/2019, de autoria do deputado Carlos Zarattini.

Ainda em 2018, a proposição foi analisada pela então Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (CDEICS), com apresentação de parecer pelo Relator Dep. Lucas Vergílio. Não houve deliberação, o que se repetiu na Legislatura de 2019-2022, retomando-se agora a tramitação sob nova relatoria.



II - VOTO DO RELATOR

A proposição tem por base o art. 49 da Constituição Federal, que atribui ao Congresso Nacional, em competência exclusiva, a sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Nesse sentido, a análise da proposição deve ter por base a verificação de ter havido, ou não, ultrapassagem das competências definidas para o Poder Executivo com base na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Deve-se, pois, verificar se o Decreto nº 9.188/ amolda-se ao disposto na Lei para fins de exercício da competência regulatória do Poder Executivo.

O preâmbulo do Decreto n. 9.188/2017 já indica que sua edição foi fundamentada nos artigos 28, § 3º, inciso II, e § 4º; e 29, caput, inciso XVIII, ambos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Esses dispositivos estão no Capítulo da Lei que trata das licitações destinadas às empresas públicas e sociedades de economia mista, e sua redação é a seguinte:

Da Exigência de Licitação e dos Casos de Dispensa e de Inexigibilidade

Art. 28. Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos desta Lei, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30.

§ 3º São as empresas públicas e as sociedades de economia mista dispensadas da observância dos dispositivos deste Capítulo nas seguintes situações:

(...)

II - nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a



oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.

Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:

(...)

XVIII - na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem.

Além das razões do PDC 827, já relatadas acima, colhe-se das proposições anexas, mais precisamente dos PDC 828 e 831, que a irresignação dos parlamentares signatários dos PDLs em análise é meramente ideológica, de resistência prévia e imotivada a modelos que prestigiem a desestatização. E também se questiona a ausência de “instâncias de participação social”, o que é apenas mais uma expressão da linha ideológica que pretende burocratizar o que não deve ser burocratizado. A gestão dos ativos de empresas públicas e sociedades de economia mista cabe às suas instâncias gestoras e consultivas, conforme estatuto de cada uma delas, que está sempre ancorado na Lei.

Ocorre que a Lei n. 13.303/2016, e mais precisamente o inciso XVIII do art. 29, foi objeto de questionamento perante o Supremo Tribunal Federal (STF), e o STF já atribuiu interpretação conforme ao art. 29, XVIII, da Lei n. 13.303, de 2016, “nos seguintes termos: i) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação; e ii) a exigência de autorização legislativa, todavia, não se aplica à alienação do controle de suas subsidiárias e controladas. Nesse caso, a operação pode ser realizada sem a necessidade de licitação, desde que siga procedimentos que observem os princípios da administração pública inscritos no art. 37 da Constituição, respeitada, sempre, a exigência de necessária competitividade”.

O julgamento da ADI 5624 inclui também as ADI 5846, 5924 e 6029, todas distribuídas por dependência. E a leitura dos julgados do STF revela que houve intensa discussão sobre o tema, resultando em acórdão de 236 laudas¹, com a emenda que segue:



ADI 5624 / DF – Rel. Min. Ricardo Lewandowski

Ementa: MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONCESSÃO PARCIAL MONOCRÁTICA. INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO. ART. 29, CAPUT, DA LEI 13.303/2016. VENDA DE AÇÕES. ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO DE EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA OU DE SUAS SUBSIDIÁRIAS E CONTROLADAS. NECESSIDADE DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA E DE LICITAÇÃO. VOTO MÉDIO. MEDIDA CAUTELAR PARCIALMENTE PELO PLENÁRIO.

I – A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação pública.

II – A transferência do controle de subsidiárias e controladas não exige a anuência do Poder Legislativo e poderá ser operacionalizada sem processo de licitação pública, desde que garantida a competitividade entre os potenciais interessados e observados os princípios da administração pública constantes do art. 37 da Constituição da República.

III – Medida cautelar parcialmente referendada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

O STF, já provocado sobre o tema, não considerou que o Decreto n. 9.188/2017 ultrapassou os limites da previsão legal que o sustenta, qual seja a Lei n. 13.303/2016. E o STF também já entendeu que o Decreto nº 9.188/17 estabelece procedimento competitivo próprio, que assegura a competitividade necessária e garante o resultado mais vantajoso, de modo que se mostra consentâneo com a interpretação conforme conferida pelo STF ao art. 29, XVIII, da Lei n. 13.303, de 2016.

Essa ADI 5.846, proposta pelo Partido Comunista do Brasil, impugnou especificamente o art. 29, XVIII, da Lei 13.303/2016, e, por arrastamento, dispositivos do Decreto 9.188/2017. Ou seja, já foi conferida a interpretação constitucional adequada aos dispositivos questionados, no sentido de que o inciso XVIII do art. 29 decorre diretamente das próprias alterações realizadas pela Emenda nº 19, realçando a isonomia no tratamento existente entre empresas



privadas e públicas, sociedades de economia mista, principalmente quando explore atividade econômica; permitindo o regime jurídico próprio das empresas privadas”.

Há que se ressaltar que também já houve tentativa de Reclamação perante o STF, na RCL 42576 MC / DF². Também nessa ocasião foi afastada atuação que desborde a legalidade, com base no Decreto n. 9.188/2017, tendo havido ainda a juntada do acórdão do Tribunal de Contas da União nº 1952/2020, que trata sobre procedimento de desinvestimento da Petrobras, no Processo nº TC 025.410/2020-2, e também afastou alegada presença de ilegalidade ou irregularidade em procedimento de alienação de ativos por estatal.

O entendimento adotado pelo STF mostra-se adequado e merece ser acolhido também neste Parlamento. Assim, o projeto não encontra guarida jurídica, inexistindo extrapolação de legalidade a ser obstada pelo Congresso Nacional.

Pelo exposto, voto **pela REJEIÇÃO do Projeto de Decreto Legislativo nº 827, de 2017, assim como dos Projetos de Decreto Legislativo apensados, quais sejam os seguintes: PDC 828/2017; PDC 830/2017; PDC 831/2017; PDC 832/2017; PDC 833/2017; PDC 836/2017; PDC 837/2017; PDC 838/2017; PDL 644/2019.**

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado Delegado Ragem
Relator



Cf. em <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15346011904&ext=.pdf>.
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239812375300>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Ragem

